



# RELATÓRIO DE GESTÃO

## 31 dezembro 2014

**Millenniumbcp Ageas**  
GRUPO SEGUADOR

**Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.**

## **1. Enquadramento geral da atividade**

Enquadramento económico

Enquadramento do setor segurador 2014

## **2. Síntese global da atividade**

Análise financeira

## **3. Corporate governance**

Órgãos Sociais

Política de remunerações

Processo de decisão empresarial

Regras de conduta

## **4. Perspetivas para 2015**

## **5. Proposta de aplicação de resultados**

# Relatório do Conselho de Administração

Dando cumprimento aos preceitos legais e estatutários, vem o Conselho de Administração da **Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.** submeter à apreciação da Assembleia Geral o Relatório e Contas referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

# 1. Enquadramento geral da atividade

## Enquadramento económico

### *Enquadramento Económico Mundial*

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o ritmo de expansão da atividade global em 2014 deverá ter-se mantido em 3,3%, valor que se situa abaixo dos padrões históricos e que oculta divergências significativas entre as principais economias mundiais. Enquanto a economia norte-americana tem vindo a denotar maior vigor, os principais Estados-membros da área do euro registaram níveis de crescimento muito moderados e denotando-se na desaceleração dos mercados emergentes.

Na área do euro, apesar da queda das taxas de juro para níveis nunca antes observados e da significativa depreciação do euro, o crédito e o investimento não arrancaram, o consumo privado estagnou e o desemprego manteve-se em patamares elevados. O consequente baixo crescimento dos países da UEM em 2014 constituiu, ainda assim, uma melhoria face à contração observada nos últimos dois anos. A fragilidade económica, a par com o agravamento das pressões deflacionistas, favoreceu um reforço do grau de acomodação da política monetária do Banco Central Europeu (BCE). Para 2015 espera-se que a trajetória de recuperação da área do euro prossiga a um ritmo moderado, penalizada pela falta de dinamismo do investimento e pela debilidade da procura externa, em particular, da oriunda dos mercados emergentes.

Nos EUA, o aumento do emprego e da confiança dos consumidores favoreceu a expansão do consumo privado e do investimento, o que se consubstanciou numa aceleração do PIB, de 2,2% para 2,4%, em 2014. Neste contexto de melhoria das condições económicas, a Reserva Federal dos EUA decidiu terminar o seu programa de compra de ativos no final de 2014. Em 2015, a economia norte-americana deverá voltar a acelerar, suportada pela procura doméstica, que irá beneficiar do atual quadro de queda do preço do petróleo e de expectativas de manutenção do pendor expansionista das políticas monetária e orçamental.

Esta expectativa poderá, no entanto, vir a ser contrariada pelos efeitos adversos da apreciação do dólar na evolução da procura externa e na estabilidade dos mercados financeiros.

A economia chinesa voltou a desacelerar em 2014, fruto da perda de competitividade do setor exportador, bem como da maior racionalização da oferta de crédito e da consequente quebra de intensidade do investimento público e privado, em particular no setor da construção. Para 2015, o FMI espera um abrandamento adicional da atividade devido, sobretudo, à continuação das restrições ao investimento e, também, à perda de vigor das economias da região do Sudeste Asiático.

Em 2015, os desafios para a economia global são múltiplos e de natureza diversa. A queda significativa do preço do petróleo tanto pode ter um impacto líquido positivo, pelo estímulo que imprime à procura agregada global, como pode precipitar uma correção nos mercados financeiros, os quais têm uma exposição relevante ao setor energético. Por outro lado, a dessincronização entre a política monetária dos EUA e das restantes principais economias mundiais acarreta o risco de movimentos pronunciados no mercado cambial, com consequências potencialmente adversas para o sistema financeiro global. Finalmente, a prevalência de vários focos de tensão geopolítica constitui um risco difícil de quantificar, mas ainda assim não menos importante.

### *Perspetivas para a Economia Portuguesa*

Após três anos consecutivos de contração, a economia portuguesa terá crescido 0,8% em 2014, de acordo com a estimativa do FMI, impulsionada pela melhoria do consumo privado e do investimento, a par com o crescimento das exportações. A recuperação da atividade económica e o cumprimento dos objetivos definidos no Memorando de Entendimento do Programa de Assistência Económica e Financeira

(PAEF) assinado em 2011, permitiram ao estado português retomar o financiamento nos mercados financeiros internacionais, logrando assim concluir o PAEF com sucesso em junho de 2014, tal como previsto.

Em 2015, a tendência de recuperação da atividade deverá manter-se suportada pela procura interna, a qual deverá beneficiar do aumento do emprego e do rendimento disponível, da queda do preço do petróleo e da tendência de decréscimo das taxas de juro do crédito bancário. Contudo, o risco de maior indefinição da política económica europeia, associado ao surgimento de novos quadros políticos em vários países, como a Grécia, e a incerteza inerente ao desfecho das eleições legislativas nacionais que terão lugar em outubro de 2015, poderão condicionar a retoma da economia e colocar em causa a tendência de melhoria das condições de financiamento das empresas e das famílias portuguesas.

## Enquadramento do setor segurador 2014

No ano de 2014, o setor segurador Vida e Não Vida, em conjunto, registou um crescimento de 9,1% da produção de seguro direto, ascendendo a 14,3 mil milhões de euros. O aumento da produção em 2014 foi na ordem dos 1,2 mil milhões de euros. Esta evolução, influenciada principalmente pela apetência dos produtos de poupança do ramo Vida, contribuiu para um reforço do peso do setor segurador no Produto Interno Bruto, estimado em 8,3% no final de 2014 (fonte APS).

A análise por segmentos mostra uma evolução diferenciada. Enquanto em Vida se assistiu a um crescimento de 12,9%, com prémios de seguro direto e de contratos de investimento a atingir 10,4 mil milhões de euros, sob o efeito da forte procura de produtos de poupança por parte dos aforradores, o segmento Não Vida ainda manteve um ligeiro decréscimo de 0,2%, com um volume de prémios a rondar os 3,9 mil milhões de euros.

2014 fica marcado por um conjunto de aquisições que alteraram a estrutura acionista de algumas das maiores companhias, a Fidelidade comprada pelo grupo chinês Fosun, a Tranquilidade

adquirida pela empresa americana Apollo, a Ocidental e a Médis passaram a ser detidas 100% pelo grupo belga Ageas, e a Santander Seguros foi comprada pela Aegon. No que respeita ao grau de concentração do setor, em que os cinco maiores grupos seguradores detêm 69% da produção, verifica-se uma diminuição de 3 pontos percentuais pelo facto da separação da Tranquilidade do grupo BES/Novo Banco.

## Análise do Ramo Vida

Em 2014, o segmento de Vida do mercado atingiu um volume de negócios de 10,4 mil M€, um crescimento de 12,9% e uma evolução muito positiva pelo segundo ano consecutivo, alimentado pela expansão dos produtos de poupança. Essa evolução favorável conduziu a um aumento do peso do ramo Vida no total da carteira de prémios de seguro direto do setor de mais 2 pontos percentuais face ao ano transato, o que representa 10 pontos percentuais comparando com 2012 (73% em 2014 contra 63% em 2012).

	Dez-14	Dez-13	
<b>Total Vida</b>	<b>10.439,2</b>	<b>9.246,7</b>	<b>12,9%</b>
<b>Capitalização</b>	7.074,4	6.766,7	4,5%
<b>PPR</b>	2.453,9	1.562,3	57,1%
<b>Risco</b>	910,9	917,6	-0,7%

Os produtos de capitalização, nos quais se incluem os contratos de seguros financeiros e os contratos de investimento (também denominados Unit-Linked), já tinham conhecido um forte crescimento em 2013, que se manteve em 2014 com um crescimento de 4,5%, indiciando uma continuada procura de soluções financeiras do setor segurador. Neste quadro de reforço global das poupanças, destacaram-se também os Planos de Poupança e Reforma (PPR) com um crescimento de 57%, depois de no ano anterior já terem crescido 37%. O volume de prémios ascendeu a 2,5 mil milhões de euros, passando o seu peso relativo na carteira dos seguros de vida 24%.

Em 2014, observa-se um maior dinamismo do canal de Bancassurance comparado com os restantes canais de distribuição: em Vida o peso do canal bancário é de 82% e apresenta um crescimento de 18%.

No final do ano de 2014, o mercado registou um stock de provisões matemáticas de 42,8 mil milhões de euros devido ao crescimento das reservas dos produtos de capitalização (+6,4%) e dos PPR (+8,9%).

## Análise dos Ramos Não Vida

Em 2014, a evolução do segmento Não Vida deu mostras de algumas melhorias, terminando o ano com um ligeiro decréscimo de 0,2%.

	Dez-14	Dez-13	
<b>Total Não Vida</b>	<b>3.852,4</b>	<b>3.858,3</b>	<b>-0,2%</b>
<b>Saúde</b>	589,2	570,6	3,3%
<b>Acidentes Pessoais</b>	154,2	150,7	2,3%
<b>Acidentes de Trabalho</b>	515,9	511,2	0,9%
<b>Incêndio e outros danos</b>	751,4	760,5	-1,2%
<b>Automóvel</b>	1.521,8	1.549,5	-1,8%
<b>Outros</b>	319,9	315,8	1,3%

Destaca-se a evolução positiva dos seguros de Saúde com um crescimento de 3,3%, confirmando-se o acesso a cuidados de saúde no setor privado um serviço de valor acrescentado e complementar ao sistema de saúde público. Adicionalmente é de salientar a performance dos Acidentes Pessoais (+ 2,3%) e dos Acidentes de Trabalho (0,9%). Contudo, a pressão concorrencial sentida nos ramos de Incêndio e Automóvel, com reflexo no nível dos preços puxou a performance do mercado para baixo com -1,2% e -1,8% respetivamente.



# 2. Síntese global da atividade

## Análise financeira

O ano de 2014 foi marcado por uma grande alteração na estrutura acionista de alguns dos principais grupos seguradores a atuar em Portugal, com grande parte do mercado a ser impactado por com estes movimentos. A Millenniumbcp Ageas participou igualmente neste processo de alteração acionista tendo o banco Millenniumbcp vendido à Ageas no final do primeiro semestre deste ano os 49% de participação detida no negócio de Não Vida. Desta forma as contas consolidadas da Millenniumbcp Ageas referentes a 2014 incluem apenas o 1º semestre do segmento de Não Vida, que abrange as companhias da Ocidental Seguros e da Médis e a totalidade do segmento de Vida e de Fundos de Pensões.

Neste contexto a Millenniumbcp Ageas, apresentou em 2014 uma produção de 1.481 milhões de euros, relativos ao volume anual do ramo Vida (inclui os produtos de Unit-Linked, que para efeitos das normas IFRS não são contabilizados como prémios de seguro) e à produção dos primeiros seis meses dos ramos de Não Vida. O segmento Vida, sobretudo penalizado por uma quebra na venda de produtos de investimento, registou um decréscimo de volume de prémios de 9%, em contraciclo com o mercado que cresceu em 2014 12,9% fortemente impulsionado pela venda de soluções de reforma (PPR's).

No segmento Não Vida o montante atingido nos primeiros seis meses do ano foi de 128,3 milhões de euros sendo que naturalmente não deve ser comparada com os 236,8 milhões de euros correspondentes a produção anual de 2013. No entanto, face ao período homólogo, a produção do primeiro semestre apresentou um crescimento sustentado de 4,1% nos prémios de seguro direto, feito tanto mais assinalável dado o decréscimo registado, e pelo 4º ano consecutivo, no mercado segurador muito condicionado pela fraca performance da economia portuguesa e por uma intensa concorrência entre os seus diversos operadores.

No negócio dos Fundos de Pensões, o ano de 2014 ficou marcado por um acréscimo acentuado de 13,2% no volume total de ativos geridos face ao período homólogo, em linha com o comportamento do setor nacional, atingindo 4.943 milhões de euros. A Pensõesgera conservou assim a liderança no mercado nacional de fundos de pensões, reforçando inclusivamente a sua quota de mercado, atingindo os 28,9%.

### *Ramo Vida Prémios de Seguro Direto*

O ramo Vida atingiu um montante de prémios de seguro direto de 1.352 milhões de euros, correspondente a um decréscimo de 9% face a igual período de 2013 que tinha registado um crescimento de 95% no ano anterior, contrariando o comportamento registado no mercado nacional que apresentou um crescimento de 12,9%.

A menor oferta de soluções de investimento, devido à influência da situação vivida no setor bancário aliada à dificuldade de desenvolver produtos com *yields* atrativos, levou a que o volume de prémios dos Unit-Linked registasse um decréscimo de 39%, não obstante ter-se mantido como o principal contribuinte do segmento Vida, com um volume de prémios de 526 milhões de euros. Foram lançados ao longo deste ano sete novas series de Unit-Linked fechado no canal de retalho sendo sobretudo de destacar a colocação, através do Private Banking e ActivoBank, de um volume de prémios em Unit-Linked abertos de cerca de 220 milhões de euros, 4% superior ao do ano anterior.

No mês de maio foi relançado o Seguro Investidor Global, em Unit-Linked abertos, com uma alteração no *mix*, o que lhe veio a conferir uma atratividade acrescida para os segmentos a que se destina, adequando a oferta aos vários perfis de risco dos Clientes, sendo acompanhado de um plano de comunicação interno bastante ambicioso. Alinhado em parceria com o Millennium bcp, foi posteriormente

complementado com o lançamento de um microsite, onde toda a informação relevante sobre o produto, fact sheets, IFI's, rankings de vendas e ferramentas de apoio à venda, foi disponibilizada, permitindo a sua consulta de forma simples e rápida.

Não obstante ter diminuído o volume de prémios a Millenniumbcp Ageas manteve a liderança deste produto no ranking nacional com uma quota de mercado para os 26,5%.

Acompanhando a tendência verificada no mercado, houve um forte impulso nos produtos de poupança, atingindo os 507,6 milhões de euros, que se traduziu num crescimento de 75,4% face ao ano anterior. Este crescimento esteve intimamente ligado a evolução positiva da liquidez dos bancos o que originou, no segundo semestre do ano, uma descida nas taxas de juro e na remuneração dos depósitos a prazo, tornando as taxas dos produtos de Capitalização mais atrativas. Estes resultados foram atingidos com o lançamento de 3 séries do Capital Seguro para individuais e uma para empresas e com o Novo Investimento Garantido, que com peso significativo na matriz do banco, foram acolhidos como uma ótima opção de investimento, aliando simultaneamente à rentabilidade proporcionada uma garantia de estabilidade e segurança tendo

contribuído fortemente para os bons resultados nesta linha de negócio.

Os produtos que oferecem soluções complementares de reforma tiveram um ligeiro decréscimo de 3,1% face ao ano anterior, não conseguindo acompanhar o forte crescimento verificado no mercado. No entanto 2014, com uma receita superior a 143,7 milhões de euros foi o 2º melhor dos quatro últimos anos estando muito acima dos valores obtidos em 2011 e 2012. Durante o quarto trimestre do ano foram lançados novos PPR's muito competitivos, com resultados visíveis já nos últimos meses e fazendo antever uma forte retoma deste tipo de produtos no próximo ano.

Seguindo a tendência ligeiramente recessiva observada no mercado a linha de negócio Risco e Rendas registou também uma quebra de 3,7% atingindo em 2014 um volume de prémios vendidos de 175 milhões de euros. A Millenniumbcp Ageas manteve-se no entanto como um dos principais operadores nesta linha de negócio, com uma quota de mercado de 19,2%, o que se traduziu na manutenção da 1ª posição no ranking segurador nacional, constituindo um fator de realce dada a elevada rentabilidade associada a este tipo de produtos.

### Evolução dos Prémios de Seguro Direto Vida

Milhares de euros

Ramo	2014	2013	2012	Var. 14/13	Var. 13/12	Mercado Var. 14/13
<b>Total</b>	<b>1.352.392</b>	<b>1.486.005</b>	<b>762.966</b>	<b>-9,0%</b>	<b>94,8%</b>	<b>12,9%</b>
<b>Unit-Linked</b>	525.793	866.265	451.589	-39,3%	91,8%	5,5%
<b>Produtos de Poupança</b>	507.589	289.464	52.565	75,4%	450,7%	4,2%
<b>Riscos e Rendas</b>	175.285	181.959	172.558	-3,7%	5,4%	-0,7%
<b>PPR e PPR/E</b>	143.725	148.317	86.254	-3,1%	72,0%	57,1%

Fonte APS

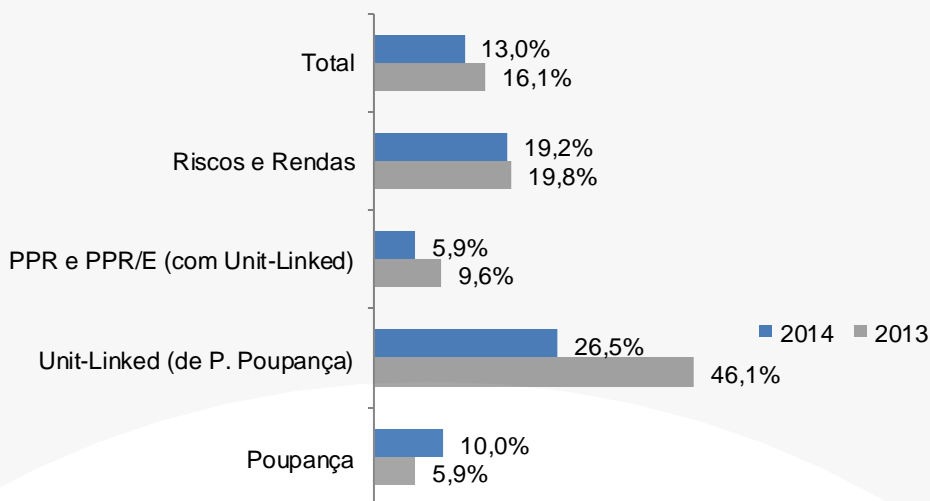
De realçar ainda que, continua a ser uma das prioridades estratégicas definidas pela Companhia o enfoque na capacidade de retenção de recursos sob gestão, iniciativa cujo sucesso ficou materializado na manutenção ao longo do ano de 2014 de volumes de provisões sob gestão da Millenniumbcp Ageas próximos dos € 9,7 mil milhões, montante apenas 2% abaixo do registado

em 2013, e que permite manter a liderança de mercado ao nível das provisões matemáticas de forma sustentada, com uma quota de mercado de 22,5% no final do ano de 2014.

Ainda assim, a Ocidental Vida é a 4ª no ranking nacional do mercado segurador Vida, com uma quota de mercado de 13%, muito próxima do 3º lugar.



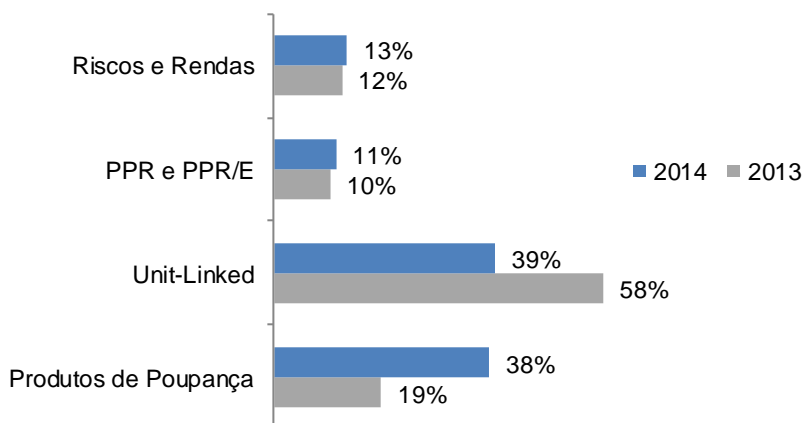
## Evolução da Quota de Mercado do Ramo Vida



As diferentes performances alcançadas nos diversos ramos, com crescimento acentuados nos produtos de poupança e quebra de vendas nos produtos de investimento, originaram em 2014 comparativamente ao ano anterior, alterações na estrutura da carteira de prémios do segmento Vida. Com efeito, os produtos de Investimento

reduziram o seu peso no total da carteira, de 58%, no final de 2013, para 39% no final de 2014. Ao invés, os produtos de poupança que detinham em 2013 cerca de 19% do total da carteira Vida viram no final de 2014 a sua quota praticamente igualar a dos Unit Linked's ao aumentar para os 38%, mantendo os restantes produtos o seu peso relativo praticamente inalterado.

## Estrutura da Carteira de Prémios do Ramo Vida

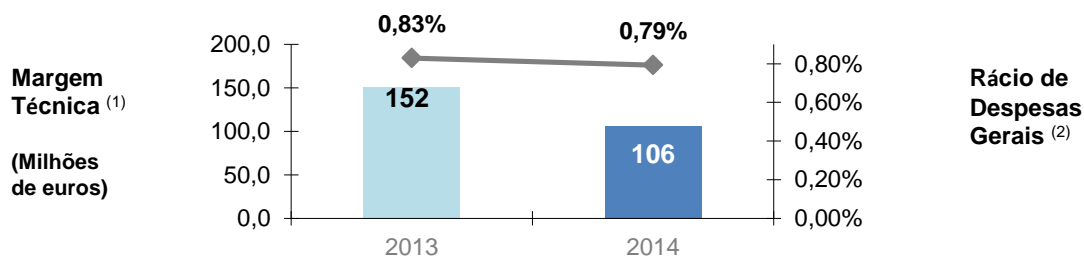


## Análise Técnica

A margem técnica do ramo Vida, antes de imputação de custos administrativos, situou-se, em 2014, nos 106,5 milhões de euros sendo no entanto penalizada pelo impacto negativo de fatores não recorrentes relacionados com a evolução desfavorável dos mercados financeiros que levaram ao registo de imparidades na ordem dos 30,7 milhões de euros, que afetaram

essencialmente os produtos de poupança. Nas Rendas em 2014 procedeu-se a um reforço de cerca de 10 milhões de euros nas provisões, explicado em grande parte pela atualização das tabelas de mortalidade e reduzindo assim a exposição ao risco e ao nível dos Unit-Linked houve uma revisão ao nível das comissões de gestão.

## Margem Técnica versus Rácio de Despesas Gerais



(1) Antes de imputação de custos administrativos.

(2) "Custos operativos afetos ao ramo Vida" / "Investimentos médios afetos ao ramo Vida".

A obtenção de um rácio de despesas gerais baixo, na ordem dos 0,79% (0,4 pontos percentuais abaixo do registado em 2013) revela a preocupação da empresa na contenção dos custos operativos, mesmo num contexto recessivo de conjuntura macroeconómica através de uma gestão criteriosa e adequada dos recursos.

O maior contributo para o resultado da Companhia continua a ser proporcionado pelos produtos de Risco responsáveis por 86% do total da margem técnica e cuja rentabilidade assenta em políticas e práticas de subscrição rigorosas e numa superior capacidade de controlo de custos.

O ano de 2014 no mercado dos fundos de pensões registou um crescimento assinalável de 12,7%, quase três vezes superior ao registado em 2013 e é ainda mais significativo se considerarmos o ambiente estagnação económica.

No entanto, este crescimento no valor dos ativos sob gestão não é ainda o reflexo de uma dinâmica acrescida no mercado de fundos de pensões, mas de um conjunto de fatores que se têm verificado nos últimos anos, a saber:

- Redução das taxas de juro com especial incidência nos mercados “core” que são utilizados no cálculo das responsabilidades dos planos de pensões de benefício definido;
- Bom nível de rentabilidade média dos fundos de pensões;

As economias europeias registaram durante o ano 2014 situações de fraco crescimento económico ou mesmo de estagnação e os preços ao longo do ano continuaram o seu caminho descendente, de tal forma que no final do ano a inflação mensal na zona euro era negativa e um número significativo de países apresentavam já valores de inflação anual negativa. Este ambiente económico teve como resultado uma redução das *yields* das obrigações com forte impacto positivo na respetiva rentabilidade no ano, registando os índices “Barclays Euro Aggregate” rentabilidades, respetivamente de 12,4%, em governos e de 8,4%, em corporates, com valores ligeiramente mais baixos registaram-se igualmente boas rentabilidades a nível mundial.

Com exceção do mercado português em que os casos BES e PT contribuíram para um forte impacto negativo com uma perda anual de 26,8%, os mercados de ações apresentaram nas diversas geografias rentabilidades interessantes com o “MSCI Europe” a registar 10,2% e o “MSCI World” em euros a registar uma valorização de 19,5%, beneficiando da depreciação do euro face ao dólar que no ano foi de 13,6%. Em termos negativos salienta-se a performance das “Commodities” com o índice global a apresentar um resultado de -13% e no segmento da energia com um resultado histórico de -39,3%.

Assim, em Portugal a rentabilidade mediana dos fundos de pensões de acordo com a estimativa da Mercer situou-se em 7,0%, valor que se situa entre os valores de 2012 (10,4%) e 2013 (5,5%), permitindo assim uma série de 3 anos com valores interessantes de rentabilidade e consideravelmente acima das taxas de desconto utilizadas no cálculo das responsabilidades, gerando dessa forma fortes ganhos financeiros que, no entanto, foram insuficientes para absorver o acréscimo de responsabilidades resultante da descida das taxas de desconto.

### Actividade da Pensõesgere

A Millenniumbcp Ageas opera no mercado de fundos de pensões através da sociedade gestora Pensõesgere, baseando a sua atividade na qualidade da informação prestada, no acompanhamento permanente e na resposta atempada às solicitações dos seus Clientes, tendo, em 2014, reforçado ligeiramente a sua posição de liderança destacada no mercado dos fundos de pensões.

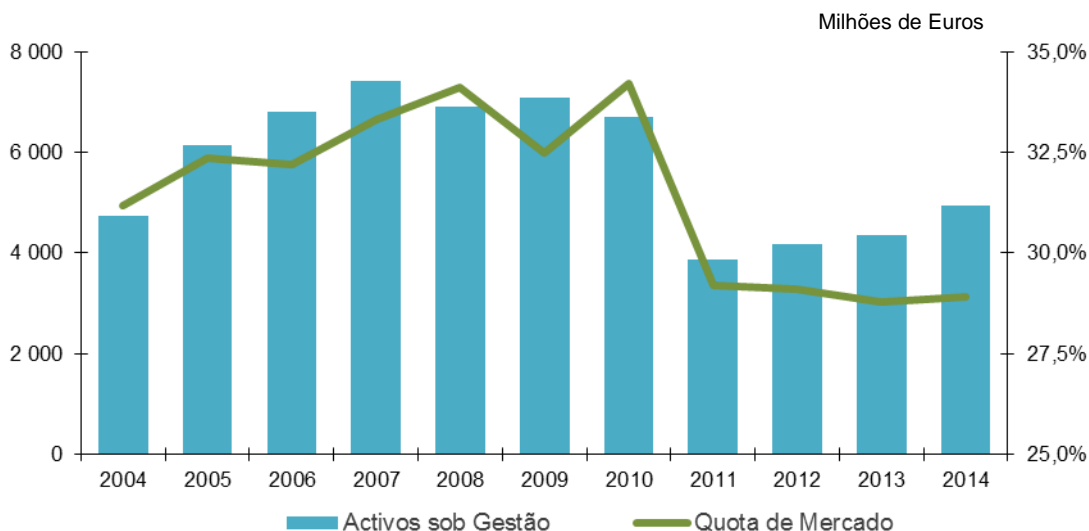
Especialistas em Fundos de Pensões desde 1987:

- Horizonte Segurança
- Horizonte Valorização
- Horizonte Ações

No final de 2014 a Pensõesgere tinha 4.943 milhões de euros de ativos sob gestão, que representavam um acréscimo de 13,2% face a 2013, valor ligeiramente superior ao crescimento do mercado, que se situou em 12,7%.

A posição da Pensõesgere no mercado de Fundos de Pensõesgere continua a ser de liderança destacada com uma quota de mercado de 28,9%, valor ligeiramente superior ao registado em 2013.

## Fundos de Pensões e Quota de Mercado



No decorrer do exercício em análise, foram lançadas várias iniciativas com a designação atividade de modernização com o objetivo de reforçar a capacidade da Pensõesger de forma a que esta possa estar preparada para previsíveis reforços do mercado das pensões associados a uma reestruturação estrutural do atual sistema de segurança social. Neste âmbito, salientam-se as seguintes iniciativas:

- Alteração dos regulamentos de Gestão dos Fundos de Pensões Abertos Horizonte.
- Alteração da imagem do site [www.pensoesgere.pt](http://www.pensoesgere.pt) e disponibilização de algumas novas funcionalidades das quais se destacam duas, Novo simulador de benefícios de reforma e “Formulário de Opção”.
- Candidatura e conquista do IPE Best Pension Fund in Portugal Award pelos 3 Fundos de Pensões Abertos Horizonte.

- Projeto Lean Área Técnica
- CRM
- Revisão dos processos de comunicação
- Várias tarefas de IT

Numa filosofia integrada de aproveitamento das sinergias do Grupo, a Pensõesger manteve o relacionamento com as redes bancárias de empresas do Millennium bcp – Corporate e Empresas – através de acções concertadas de promoção de negócios na área de “Employee Benefits”.

Em termos de atividade comercial, para além do elevado valor de contribuições que se situaram em 432,4 milhões de €, na sua maioria de atuais clientes em resultados da redução das taxas de desconto, durante o ano 2014 a Pensõesger não perdeu qualquer cliente e conquistou 13 clientes novos, sendo que 7 tiveram formalização contratual ainda em 2014 e os restantes foram decididos em 2014 mas serão formalizados nos primeiros meses de 2015. Como movimentos de saída regista-se a formalização a transferência de um Fundo de Pensões Fechado cuja decisão foi tomada em 2013 e extinção um Contrato de Adesão Coletiva por motivo de insuficiência de financiamento.



No âmbito dos trabalhos realizados com clientes merecem destaque o processo de revisão do Contrato Constitutivo dos Fundos de Pensões do Grupo Tejo, a alteração e implementação de um novo modelo de gestão na Cimpor e o apoio prestado ao Grupo Portucel / Soporcel, na sequência dos problemas levantados após a alteração do Plano de Pensões de benefício definido para contribuição definida formalizado em 2013.

No final de 2014, o volume total de ativos geridos pela Pensõesger, encontrava-se repartido por 25 fundos fechados, 4 fundos Abertos e 5 fundos abertos PPR.

O total dos activos sob gestão relativos aos 25 fundos fechados totalizou 4.749 milhões de euros, a que correspondeu um acréscimo de 607 milhões de euros face a 2013, acréscimo que é 3,8 vezes superior ao registado em 2013.

Os fundos de pensões abertos com um volume de ativos sob gestão 193,6 milhões de €, apesar da sua maior dinâmica, acabaram por registar um crescimento de 12,3% que é inferior ao registado nos fundos de pensões fechados. Para esta aparente contradição existem duas justificações: estes fundos têm praticamente só planos de contribuição definida, que não beneficiaram da redução das taxas de desconto, e porque apesar do número de negócios conquistados alguns dos de maior dimensão vão ter a sua formalização em 2015.

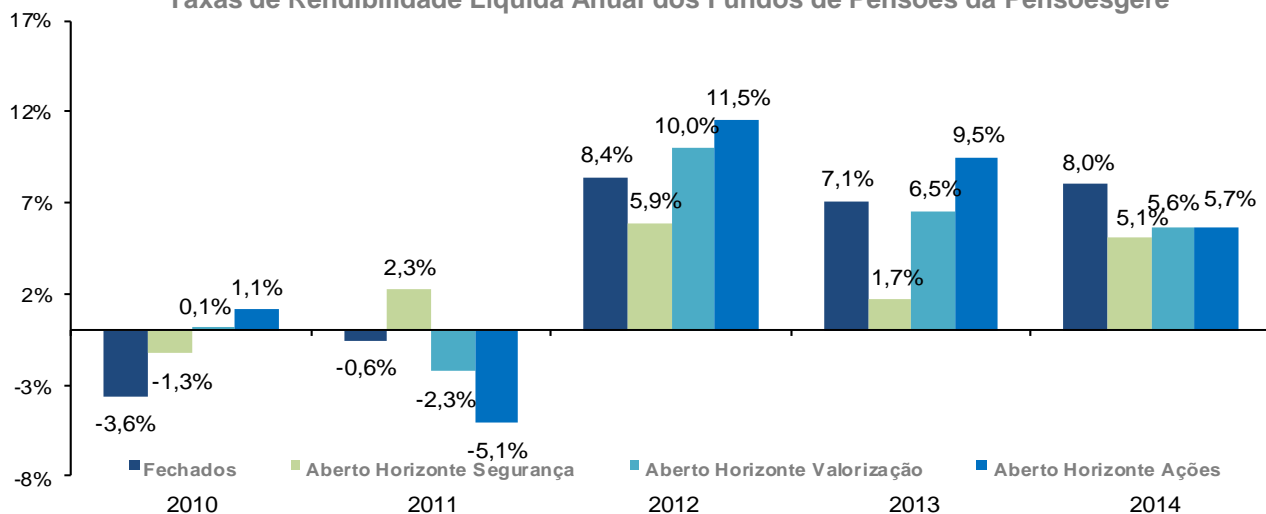
A Pensõesger mantém a sua oferta de fundos de pensões abertos com perfis de risco diferenciados, permitindo aos Associados e aos seus Participantes a escolha adequada ao

financiamento dos seus planos de pensões, em função do respetivo perfil de risco e do horizonte temporal das responsabilidades. O processo de alteração dos Regulamentos de Gestão que redundou na alteração da designação do Fundo de Pensões Horizonte Valorização Mais para Fundo de Pensões Horizonte Ações permitiu vincar de forma mais clara a diferenciação desse fundo em comparação com o Fundo de Pensões Horizonte Valorização.

O ano de 2014 voltou a representar um bom ano em termos da performance dos fundos de pensões da Pensõesger sendo de realçar os seguintes resultados:

- Em 2014 a rentabilidade média líquida dos fundos de pensões geridos pela Pensõesger situou-se em 8,0%, a qual compara com o valor de 7% de mediana do mercado de acordo com a informação da Mercer;
- De acordo com o survey “PerformanceWatch 4th Quarter” da Towers Watson, excluindo do cálculo o Fundo de Pensões do Grupo BCP, para os 4 perfis de investimento definidos (média ponderada, conservador, moderado e agressivo) para os 4 horizontes temporais de 1, 3, 5 e 10 anos existe apenas uma situação em que a rentabilidade da Pensões é inferior à média.
- Nesse mesmo survey salientam-se como valores dignos de destaque a diferença positiva entre a rentabilidade média ponderada da Pensõesger e a média do mercado: 1,1% a um ano; 2,2% a 3 anos, 1,6% a 5 anos e 1,9% a 10 anos

**Taxas de Rendibilidade Líquida Anual dos Fundos de Pensões da Pensõesger**



No que diz respeito aos fundos PPR, o valor sob gestão no final de 2014 atingiu 32,9 milhões de euros, valor inferior em 1,6 milhões de euros ao de 2013, denotando uma carteira fechada em que muitos Participantes podem reembolsar sem penalizações. No entanto, o volume de resgates têm-se mantido baixo e foi quase absorvido pela valorização dos fundos.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços no valor de 9,2 milhões de euros registaram aumento de 9,7% face a 2013.

Os custos operacionais no valor de 4,1 milhões de euros apresentam um crescimento de 6,4% inferior ao acréscimo dos proveitos.

No entanto, os resultados líquidos do exercício no valor de 3,5 milhões de € crescerem apenas 1% face a 2013, em resultado da forte redução na rubrica outros rendimentos e ganhos.

Os capitais próprios totalizaram, em 31 de Dezembro de 2014, o valor de 12,5 milhões de euros, denotando um crescimento de 13,7%, em resultado da incorporação dos resultados gerados no exercício.

Assim, em consequência da redução dos capitais próprios ocorrida em 2013 a rentabilidade média dos capitais próprios da Pensõesgera aumentou 47% passando o seu valor para 30,3% e a Margem de Solvência situou-se em 222% que continua a apresentar uma margem de segurança muito confortável.

Milhares de Euros				
Pensõesgera	2014	2013	2012	2011
Prestação de Serviços	9 217,23	8 398,89	8 254,00	11,141,66
Resultados Líquidos	3 550,23	3 525,72	3 398,00	4 516,50
Capitais Próprios	12 477,23	10 975,16	23 242,53	18 733,00



## Ramo Não Vida

### Prémios de Seguro Direto

Em 2014, a Millenniumbcp Ageas atingiu em Não Vida um volume de prémios de seguro direto de 128,3 milhões de euros no primeiro semestre do ano, o que compara muito favoravelmente com os 123,2 mil euros do período homólogo do ano anterior, resultando num crescimento anual de 4,1%, em contraciclo com o mercado segurador nacional que decrescia 1,0% (a performance do mercado durante o 2º semestre foi superior e recuperou até ao final de 2014 para um decréscimo de 0,2%, mais próximo da estagnação), condicionado mais uma vez, pela fraca prestação da nossa economia e por uma forte pressão concorrencial entre os diferentes operadores.

Com exceção do ramo de Acidentes Pessoais,

fortemente penalizado pela situação económica adversa, a Millenniumbcp Ageas apresentou, no primeiro semestre de 2014, um crescimento acima do mercado nacional em todos as restantes linhas de negócio Não Vida, sendo de destacar, além dos ramos Saúde (operando através da marca Médis) e Incêndio e Outros Danos com maior expressão na carteira, o crescimento na ordem dos dois dígitos no ramo Automóvel.

O crescimento em Não Vida pautou-se sobretudo por via orgânica e evoluiu de forma consistente nos últimos anos, traduzindo-se num reforço da quota de mercado deste segmento que atingiu no final do 1º semestre de 2014 os 6,3%, mais 0,4 pontos percentuais face ao mesmo período de 2013.

### Evolução dos Prémios de Seguro Direto Não Vida (Millenniumbcp Ageas)

Milhares de euros

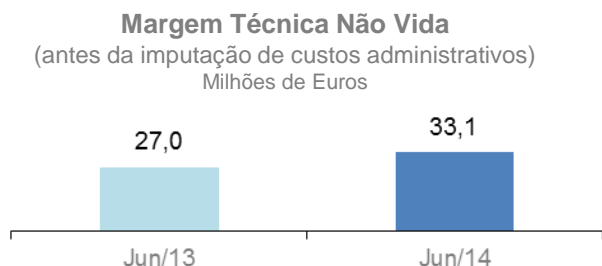
Ramo	Jun-2014	Jun-2013	2013	2012	Var. Jun 14/13	Var. Jun 13/12	Mercado Var. Jun 14/13
<b>Total</b>	<b>128.304</b>	<b>123.217</b>	<b>238.610</b>	<b>228.370</b>	<b>4,1%</b>	<b>4,5%</b>	<b>-1,0%</b>
<b>Saúde</b>	78.540	75.354	142.130	134.758	4,2%	5,5%	2,6%
<b>Incêndio e Outros Danos</b>	23.200	22.730	44.970	44.504	2,1%	1,0%	-1,3%
<b>Automóvel</b>	14.047	12.624	26.363	22.608	11,3%	16,6%	-2,7%
<b>Acidentes Pessoais</b>	6.193	6.428	12.860	14.054	-3,7%	-8,5%	3,0%
<b>Acidentes Trabalho</b>	3.589	3.374	6.783	7.167	6,4%	-5,4%	0,4%
<b>Outros Ramos</b>	2.735	2.707	5.505	5.279	1,0%	4,3%	-3,3%

Fonte APS

## Análise Técnica

A margem técnica dos ramos Não Vida, antes da imputação de custos administrativos, foi no primeiro semestre de 2014 de 33,1 milhões de euros apresentando um crescimento de 22% face ao período homólogo de 2013.

O aumento da receita processada e de uma rigorosa política de seleção de riscos conduziu a



## Custos Administrativos

O montante dos custos administrativos da Millenniumbcp Ageas foi em 2014 de 57.8 milhões de euros sendo que não é comparável com os 85,2 milhões de 2013 pois, como referido, em 2014 relativamente ao segmento de Não Vida apenas se considera o 1º semestre.

Assim e numa base comparável referir-se-á os custos administrativos do segmento Vida que registaram em 2014 uma redução de 14,0%, fixando-se nos 35,9 milhões de euros.

As despesas com pessoal foi a única rubrica que apresentou um aumento, em parte devido a custos não recorrentes relacionados com o programa de reestruturação do pessoal, sem qualquer impacto nos custos totais pois estavam

uma diminuição acentuada da taxa de sinistralidade em 4,7 pontos percentuais, continuando a constituir no mercado segurador nacional uma referência em matéria de rentabilidade, e permitindo alcançar, no final do 1º semestre de 2014 uma confortável rentabilidade técnica (medida em função dos prémios brutos emitidos) de cerca de 25%.

O rácio combinado de Não Vida, após imputação de custos administrativos, fixou-se no final do 1º semestre em 85,5% o que representa uma diminuição de 4,3 pontos percentuais face ao período homólogo de 2013, explicado sobretudo pela aposta continuada numa política de contenção dos custos de exploração aliada ao rigor nas políticas de subscrição e aceitação de riscos.

provisionados na rubrica Outros que libertou provisão. As restantes rubricas apresentaram custos inferiores em 2014 face aos registados em 2013, tendo a maior variação percentual sido verificada na rubrica Outros que além da libertação da provisão já referida reflete essencialmente uma acentuada redução de comissões de serviços financeiros.

Por outro lado a redução de 11% ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos, deve-se sobretudo a redução de custos com Consultoria e também a menores custos com cobrança de prémios e com IT.

Finalmente a diminuição dos custos com Impostos e Taxas reflete a quebra do volume de negócios em Vida.

## Evolução dos Custos Administrativos - segmento Vida

Milhares de euros

(excluindo amortizações do exercício)	2014	2013	Var. 14/13	Estrutura 2014	Estrutura 2013
<b>Total</b>	<b>35.906</b>	<b>41.759</b>	<b>- 14,0%</b>	<b>62,1%</b>	<b>49,0%</b>
<b>Despesas com Pessoal</b>	10.435	8.556	22,0%	18,1%	10,0%
<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>	12.019	13.547	-11,3%	20,8%	15,9%
<b>Impostos e Taxas</b>	405	507	-20,1%	0,7%	0,6%
<b>Outros</b>	13.047	19.149	-31,9%	22,6%	22,5%

## Resultado Líquido

No final de 2014, o resultado líquido consolidado do exercício, antes VOBA (*value of business acquired*), foi de 73,2 milhões de euros, tendo ambos os segmentos, Vida e Não Vida contribuído positivamente com 64,8 milhões de euros e 8,4 milhões de euros respetivamente.

Este resultado não é diretamente comparado com o resultado líquido de 102,8 milhões de euros obtido no exercício de 2013, pois engloba apenas do Segmento Não Vida o 1º semestre de 2014. Também deve ser referido que o resultado obtido em 2014 foi penalizado por um conjunto de fatores não recorrentes relacionados com a evolução dos mercados financeiros, que obrigaram ao registo de imparidades cujo impacto no resultado líquido antes de VOBA foi de cerca 21,7 milhões de euros (valor líquido de impostos). O resultado líquido consolidado, após VOBA, cifrou-se em 61,5 milhões de euros.

## Margem de Solvência

Em 31 de Dezembro de 2014 a estrutura de capitais próprios do grupo Millenniumbcp Ageas apresenta, em termos consolidados, e após distribuição de dividendos aos acionistas de 390 milhões de euros, excluindo os 65 milhões de euros pagos em Março 2014 já contemplados na solvência de 2013, dos quais 110 milhões em espécie, de uma redução de capital de 225 milhões de euros, da contração de um empréstimo subordinado de 120 milhões de euros junto dos acionistas, e de 60 milhões de euros de distribuição de resultados referentes a 2014 e a contabilizar em março de 2015 um **rácio de solvência de 217,0%** que compara com o rácio de 316,7%, calculado após a distribuição de resultados de 65 milhões de euros, obtido no período homólogo de 2013. No entanto, o rácio de solvência obtido este ano situa-se muito acima ainda do limite mínimo exigido pelo regulador, sendo revelador da solidez financeira do grupo

Millenniumbcp Ageas e enquadra-se na política de maximização da eficiência dos capitais seguida pelos acionistas.

Também a Ocidental Vida e a Pensõesgerere apresentam a 31 de Dezembro de 2014 **rácios de solvência** confortáveis **de 210% e de 150,9%**, estimados já após a distribuição de resultados de 335 milhões de euros e de 6 milhões de euros respetivamente (dos quais 2 milhões pagos no último trimestre de 2014 e 4 milhões a contabilizar em março de 2015), tendo em conta a maximização da eficiência dos capitais acima referida.

O rácio de solvabilidade apresentado foi calculado de acordo com os critérios definidos pelo Instituto de Seguros de Portugal e reflete uma estrutura de capitais sólida e adequada às responsabilidades assumidas em todas as Companhias que integram o grupo Millenniumbcp Ageas.

### Margem de Solvência

Milhares de Euros

	Margem	Capitais	Excesso	Rácio
Ocidental Vida	245.348	515.035	269.687	209,9%
Pensõesgerere	5.618	8.477	2.859	150,9%
<b>Millenniumbcp Ageas (Consolidado)</b>	<b>250.966</b>	<b>544.696</b>	<b>293.730</b>	<b>217,0%</b>

# 3. Corporate governance

A Millenniumbcp Ageas é um Grupo segurador, líder no ramo Vida e na Gestão de Fundos de Pensões, detido pela Ageas e pelo Millennium bcp. Para além do cumprimento das leis e regulamentos, a garantia do cumprimento das recomendações e boas regras de governo das sociedades é uma preocupação da Millenniumbcp Ageas.

## Órgãos Sociais

### Assembleia Geral

À Assembleia Geral, além do disposto na lei, compete, em especial, eleger a Mesa da Assembleia Geral, os membros do Conselho de Administração, os membros do Conselho Fiscal ou o Fiscal Único e o Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, designar um Conselho de Auditoria e fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais e bem como os respetivos esquemas de Segurança Social e de outras prestações complementares.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um secretário, eleitos por três anos e reelegíveis por uma ou mais vezes.

### Administração e Fiscalização

A estrutura de administração e de fiscalização adotada inclui um Conselho de Administração, com delegação da gestão corrente numa Comissão Executiva, um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não seja membro do Conselho Fiscal.

### Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por dez membros, eleitos pela Assembleia Geral, por um período de três anos e reelegíveis uma ou mais vezes, que designam, de entre os seus membros, os respetivos Presidente e Vice-Presidente. O Conselho de Administração reúne sempre que convocado pelo seu Presidente ou por outros dois administradores e, no mínimo, uma vez em cada trimestre.

Em 31 de Dezembro de 2014, o Conselho de Administração era constituído por um Presidente (Kurt André J De Schepper), um Vice-Presidente (Maria da Conceição Mota Soares Oliveira Calle Lucas) e por oito Vogais (Barry Duncan Smith, Stefan Georges Leon Braekeveldt, Filip André Lodewijk Coremans, Luis Maria França de Castro Pereira Coutinho, Jan Adriaan de Pooter, Julian Robert Mark Harvey, Eduardo Manuel Carmona e Silva Consiglieri Pedroso e Manuel Frederico Lupi Belo).

### Comissão Executiva

A Comissão Executiva, constituída nos termos da lei, integra um máximo de cinco membros que inscrevem a sua atuação nos limites da delegação, e modo de funcionamento fixados em deliberação do Conselho de Administração. Os estatutos prevêm as matérias que o Conselho de Administração não pode delegar.

Atualmente, a Comissão Executiva é composta pelos administradores, Jan Adriaan de Pooter, que exerce o cargo de Presidente (CEO), Julian Robert Mark Harvey (CFO), Eduardo Manuel Carmona e Silva Consiglieri Pedroso e Manuel Frederico Lupi Belo.

Por deliberação do Conselho de Administração a distribuição de pelouros pelos membros da Comissão Executiva é atualmente a seguinte:

Jan Adriaan de Pooter (CEO) – relações institucionais (autoridades de supervisão e APS) e as seguintes Direções internas: Estratégia e Novos Negócios; Organização & IT; Auditoria Interna; Pensões; e Apoio Corporativo, que engloba os Assuntos Corporativos, os Recursos Humanos, a Jurídica, o Compliance, a Comunicação Corporativa e os Serviços Administrativos - Facilities.

Julian Robert Mark Harvey (CFO) – Direções Gestão de Riscos e Atuariado, Investimentos, Financeira e Resseguro.

Eduardo Manuel Carmona e Silva Consiglieri Pedroso – Médis, Back-office dos ramos Não-vida, Plataformas técnicas dos ramos Não-vida, Back-office do ramo Vida (Plataforma Vida) e Suporte ao Cliente e Negócio.

Manuel Frederico Lupi Belo – Direções Comerciais (Bancassurance, Médis e Empresas), o Marketing e o Digital.

#### Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um suplente, que são eleitos, pelo período de três anos, pela Assembleia Geral que também designa o respetivo Presidente. Reúne nos prazos estabelecidos na lei e extraordinariamente sempre que convocada pelo seu Presidente, pela maioria dos seus membros ou pelo Conselho de Administração.

A fiscalização dos órgãos sociais poderá igualmente ser exercida por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro daquele órgão.

Os membros do Conselho Fiscal, sempre que julgarem conveniente, poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração.

#### Conselho de Auditoria

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral, nos termos do contrato de sociedade, designou um Conselho de Auditoria para a verificação das contas da sociedade e assistir o Conselho de Administração no que respeita em geral, a funções de controlo interno.

O Conselho de Auditoria é composto por três membros não executivos do Conselho de Administração, um dos quais será o Vice-Presidente do Conselho de Administração, que assumirá as funções de presidente do Conselho de Auditoria.

#### Secretário da Sociedade

O Conselho de Administração designa um secretário da Sociedade, bem como o respetivo suplente, com as competências previstas na lei, os quais não poderão ser membros do Conselho de Administração.

## Política de remunerações

### Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização

#### Processo de decisão e estrutura da remuneração

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização tem-se mantido estável praticamente desde a constituição da empresa, tendo sido definida pela comissão de remunerações composta pelos acionistas com base nas melhores práticas.

A política de remuneração dos membros dos

órgãos de administração e de fiscalização é estruturada de forma a assegurar o equilíbrio entre a *performance* anual da empresa e a contribuição dos membros daqueles órgãos para essa mesma *performance*.

Esta política é materializada numa componente fixa de remuneração e na possibilidade de



atribuição de uma componente variável. Estas componentes, e respetiva evolução, decorrem do grau de realização dos objetivos considerados no business plan de médio e longo prazo que é aprovado pelo Conselho de Administração e em critérios que consideram o desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes e beneficiários, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição.

### ***Crítérios predeterminados para a avaliação do órgão de administração***

A decisão de atribuição da componente variável depende, para além do grau de cumprimento do orçamento anual, da solidez financeira da própria empresa, dos níveis de solvência e de rating, e da própria envolvente económica e competitiva. Não está prevista a existência de planos de atribuição de instrumentos financeiros ou de opções da sua aquisição. O pagamento da componente variável da remuneração tem lugar após o apuramento das contas de cada exercício económico.

Poderão ser designados administradores que não auferam qualquer remuneração.

Os administradores que não exercem funções executivas poderão ser remunerados.

### ***Avaliação do desempenho do órgão de administração***

A avaliação do desempenho dos administradores executivos é uma consequência direta do grau de cumprimento do orçamento anual, sendo da responsabilidade exclusiva da assembleia geral ou de uma comissão de remunerações por ela nomeada.

O critério predeterminado para a avaliação de desempenho dos administradores executivos é o grau de cumprimento do orçamento anual.

### ***Importância relativa das componentes da remuneração do órgão de administração***

A remuneração dos administradores que exercem funções executivas é constituída pelas seguintes componentes:

a) uma remuneração fixa mensal, definida tendo por base o posicionamento competitivo face ao universo de empresas de referência nacional, podendo, quando se trate de administradores oriundos de empresas acionistas, ser considerado o seu enquadramento global nessas empresas, nomeadamente o nível remuneratório; esta componente representa uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, permitindo a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade do seu não pagamento;

b) uma remuneração variável anual, paga após a aprovação das contas anuais em assembleia geral; a fixação desta remuneração tem por referência as práticas dos acionistas que são *players* de referência nos mercados em que estão presentes; a remuneração variável anual do conjunto dos administradores executivos não deve exceder 2% dos resultados do Grupo, antes de amortização de VOBA (*Value of Business Acquired*) ou *Goodwill*, no exercício a que diga respeito, e a sua atribuição é deliberada anualmente.

### ***Informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável e critérios de atribuição de remuneração variável em instrumentos financeiros do órgão de administração***

A remuneração variável, quando superior a 35% da remuneração fixa anual, será obrigatoriamente objeto de diferimento por um período de três anos subsequentes àquele a que respeita, sendo que o montante a liquidar no primeiro ano deverá ser superior ao dos seguintes. A remuneração variável não é paga em instrumentos financeiros. Considerando que a sociedade tem o seu capital concentrado em dois Grupos Económicos e sendo a dispersão do seu capital contrária à filosofia que presidiu à sua constituição, esta forma de pagamento de remuneração não se considera aplicável.

### ***Outros benefícios não pecuniários do órgão de administração***

Não há lugar ao pagamento de prémios anuais e quaisquer outros benefícios não pecuniários.



### ***Remuneração sob a forma de participação nos lucros ou de prêmios do órgão de administração***

Para além da remuneração fixa mensal e da remuneração variável anual (cuja atribuição que depende de deliberação anual), não está prevista qualquer remuneração sob a forma de participação nos lucros ou de pagamento de prêmios.

### ***Pagamento de quaisquer indemnizações a ex-membros executivos do órgão de administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício***

Não está previsto o pagamento de quaisquer indemnizações a ex-membros executivos do órgão de administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

### ***Limites à compensação a pagar por destituição sem justa causa do órgão de administração***

A compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não será paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do membro do órgão de administração.

### ***Montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo***

Os administradores executivos são apenas remunerados numa das empresas do Grupo e não recebem compensações adicionais às previstas nesta política de remuneração.

### ***Regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada do órgão de administração***

Pelo exercício das suas funções os membros do órgão de administração não beneficiam de quaisquer regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.

### ***Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários do órgão de administração***

Não aplicável.

### ***Mecanismos que impeçam a celebração de contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável do órgão de administração***

Não aplicável.

### ***Avaliação da política de remuneração***

A política de remuneração será submetida a avaliação interna independente, com periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave, em articulação entre si e materializada em relatório a apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral, identificando, nomeadamente, as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências. A avaliação incluirá, designadamente, a análise da política de remuneração e da sua implementação, de acordo com a legislação e as recomendações aplicáveis, especialmente sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da empresa.

### ***Consistência das políticas de remuneração ao nível do Grupo***

As políticas de remuneração das diversas empresas do Grupo são consistentes entre si, sendo assegurada a sua implementação para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das empresas do Grupo.

### ***Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas***

O quadro seguinte corresponde à indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular 6/2010, de 1 de Abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, contendo a fundamentação da não adoção de determinadas recomendações por remissão para o parágrafo próprio desta política de remuneração.

Recomendação	Declaração de adoção	Fundamentação
I.4. Adoção de uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
I.5. Adequação da política à dimensão, natureza e complexidade da atividade		
I.6. Adoção de uma estrutura clara, transparente e adequada		
II.1. Aprovação da política pela comissão de remunerações	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
II.3. Participação na definição da política de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções-chave	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
II.4. A política deve ser transparente e acessível a todos os Colaboradores, objeto de revisão periódica e formalização em documento autónomo	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração e Critérios predeterminados para a avaliação
III.1. Revisão com periodicidade mínima anual pela comissão de remunerações	Adotada	Avaliação do desempenho
III.2. Independência dos membros da comissão de remunerações		
IV.1. A remuneração dos administradores executivos deve integrar uma componente variável dependente de uma avaliação do desempenho	Adotada	Critérios predeterminados para a avaliação e Avaliação do desempenho
IV.2. Adequado equilíbrio das componentes da remuneração	Adotada	Importância relativa das componentes da remuneração
IV.3. Parte da componente variável deve ser paga em instrumentos financeiros	Não Adotada	Considera-se como não aplicável, tendo em conta: as características da sociedade e dos seus acionistas
IV.4. Parte da remuneração variável deve ser diferida	Adotada	Informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável e critérios de atribuição de remuneração variável em instrumentos financeiros do órgão de administração
IV.5. Determinação do diferimento em função do peso relativo face à componente fixa		
IV.6. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos que mitiguem o risco inerente à variabilidade da remuneração	Adotada	Mecanismos que impeçam a celebração de contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável

Recomendação	Declaração de adoção	Fundamentação
IV.7. Manutenção das ações da instituição obtidas através de esquemas de remuneração variável	Não Adotada	Considera-se como não aplicável, tendo em conta: as características da sociedade e dos seus acionistas
IV.8. Prazo de diferimento no caso de atribuição de opções		
IV.9. Conservação de ações após o termo do mandato		
IV.10. Remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente dependente do desempenho ou valor da instituição	Adotada	Critérios predeterminados para a avaliação
IV.11. Indemnizações em caso de destituição	Adotada	Limites à compensação a pagar por destituição sem justa causa
VI.1. Submissão da política de remuneração a avaliação interna independente	Adotada	Avaliação da política de remuneração
VII.1. Deve ser assegurada a consistência das políticas de remuneração a nível de grupo	Adotada	Consistência das políticas de remuneração do nível do Grupo
VII.2. Adoção das recomendações para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das empresas do Grupo		

O montante anual de remuneração pago pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização no exercício de 2014, de forma agregada e individual, é o seguinte:

Virgílio Luís de Sousa Repolho	11.250,00 Euros
José Rodrigues de Jesus	12.000,00 Euros
Albino de Azevedo Soares	937,50 Euros
<b>Total Agregado</b>	<b>24.187,50 Euros</b>

## Política de remuneração dos Colaboradores

### Processo de decisão e estrutura da remuneração

A política de remuneração dos Colaboradores tem-se mantido estável praticamente desde a constituição da empresa, tendo sido definida pelos acionistas com base nas melhores práticas.

A remuneração dos Colaboradores compreende a retribuição base correspondente ao nível previsto em convenção coletiva de trabalho e um complemento retributivo que varia em função do estatuto individual e da evolução da carreira profissional, ou seja, da categoria profissional, do nível retributivo, especificidade e exigência da função, grau de senioridade, mérito individual e nível de responsabilidade atribuído.

A diferenciação individual, adotada para todos os Colaboradores, atenta aos seguintes critérios: nível de classificação em convenção coletiva de trabalho, especificidade e exigência da função, grau de senioridade, mérito individual e nível de responsabilidade atribuído.

### Importância relativa das componentes da remuneração

Esta política é materializada numa componente fixa de remuneração e na possibilidade de atribuição de uma componente variável. Estas componentes, e respetiva evolução, decorrem do grau de realização dos objetivos considerados no *business plan* de médio e longo prazo que é aprovado pelo Conselho de Administração e em critérios que consideram o desempenho individual e departamental, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes e beneficiários, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição.

A política de remuneração é estruturada de forma a assegurar o equilíbrio entre a *performance* anual da empresa e a contribuição dos Colaboradores para essa mesma *performance*.

A componente fixa representa uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não

pagamento de qualquer componente variável da remuneração.

### Informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável e critérios de atribuição de remuneração variável em instrumentos financeiros

A remuneração variável não é objeto de qualquer diferimento nem é paga em instrumentos financeiros, atentas as características da sociedade e dos Grupos Económicos em que a mesma se insere.

### Critérios predeterminados para a avaliação

Os critérios predeterminados para a avaliação de desempenho são o grau de cumprimento do orçamento anual, o desempenho individual e departamental, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes e beneficiários, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição.

A remuneração variável do conjunto dos Colaboradores não deve exceder 3% dos resultados do Grupo, antes de amortização de VOBA (*Value of Business Acquired*) ou Goodwill, no exercício a que diga respeito, e não constitui um direito adquirido, sendo deliberada anualmente.

### Avaliação da política de remuneração

A política de remuneração será submetida a avaliação interna independente, com periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave, em articulação entre si e materializada em relatório a apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral, identificando, nomeadamente, as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências. A avaliação incluirá, designadamente, a análise da política de remuneração e da sua implementação, de acordo com a legislação e as recomendações aplicáveis, especialmente sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da empresa.

## Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas

O quadro seguinte corresponde à indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, contendo a fundamentação da não adoção de determinadas recomendações por remissão para o parágrafo próprio desta política de remuneração.

Recomendação	Declaração de adoção	Fundamentação
I.4. Adoção de uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
I.5. Adequação da política à dimensão, natureza e complexidade da atividade		
I.6. Adoção de uma estrutura clara, transparente e adequada		
II.2. Aprovação da política pelo órgão de administração	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
II.3. Participação na definição da política de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções-chave	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
II.4. A política deve ser transparente e acessível a todos os Colaboradores, objeto de revisão periódica e formalização em documento autónomo	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração e Critérios predeterminados para a avaliação
II.5. Comunicação do processo de avaliação aos Colaboradores	Adotada	
V.1. Adequado equilíbrio das componentes da remuneração	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração e Importância relativa das componentes da remuneração
V2. Parte da componente variável deve ser paga em instrumentos financeiros	Não adotada	Não aplicável, tendo em conta: as características da sociedade e dos seus acionistas; o processo de decisão e estrutura da remuneração; a importância relativa das componentes da remuneração; e a informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável e critérios de atribuição de remuneração variável em instrumentos financeiros
V.5. Possibilidade de não pagamento ou redução da remuneração variável diferida		
V.6. Prazo de diferimento da remuneração variável		
V.7. Determinação do diferimento em função do peso relativo face à componente fixa		

Recomendação	Declaração de adoção	Fundamentação
V.3. Avaliação deve atender ao desempenho individual e da estrutura onde o Colaborador se integra e a critérios não financeiros relevantes	Adotada	Critérios predeterminados para a avaliação
V.4. Critérios de avaliação devem ser predeterminados e mensuráveis, tendo por referência um quadro plurianual		
V.8. Remuneração dos colaboradores que exercem funções-chave	Adotada	Processo de decisão e estrutura da remuneração
V.9. Remuneração da função atuarial		
VI.1. Submissão da política de remuneração a avaliação interna independente	Adotada	Avaliação da política de remuneração

## Processo de decisão empresarial

No quadro do processo de decisão empresarial existem vários corpos sociais, comissões específicas e unidades orgânicas que, sendo eleitas pela Assembleia Geral ou designadas pelo Conselho de Administração, coadjuvam o Conselho de Administração e a Comissão Executiva no exercício das suas funções, assegurando a segregação entre as áreas de negócio e as áreas de operações.

### Comité de Risco

Tem por função apoiar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva na compreensão e gestão adequada dos riscos inerentes à atividade seguradora e de gestão de Fundos de Pensões, bem como assegurar a adequação do capital em relação aos referidos riscos e às operações no seu conjunto.

O papel e responsabilidades do Comité de Risco são fixados pela Comissão Executiva e estabelecidos nos respetivos termos de

referência, os quais são periodicamente revistos pelo Comité de Risco, pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva em função de alterações dos requisitos regulamentares ou de princípios de gestão de risco.

### Chief Investment Officer

Tem por função maximizar o retorno dos investimentos no contexto das definições estratégicas relativamente à gestão de ativos (ALM). É ainda responsável pela seleção dos ativos que são objeto de investimento, além de fornecer informação aos níveis local e do Grupo.

### Compliance Officer

Tem por função estimular, monitorar e controlar a observação das leis, regulamentos, regras internas e padrões éticos relevantes para a integridade e, consequentemente, para a reputação da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador.



No contexto da governação corporativa, o *Compliance Officer* visa proporcionar razoável garantia de que as Companhias e os seus Colaboradores cumprem aquelas leis, regulamentos, regras internas e padrões éticos. Faz igualmente parte da missão do *Compliance Officer* desenvolver uma relação de confiança e compreensão com as autoridades de regulação e supervisão em matéria de *compliance*.

#### Millennium bcp Serviços, ACE

O Millennium bcp, ACE é um agrupamento complementar de empresas que constitui a principal estrutura de integração, otimização e racionalização de recursos informáticos, operativos, administrativos e de aprovisionamento, integrando um conjunto de unidades orgânicas que têm como missão a gestão de meios e a prestação de serviços.

## Regras de Conduta

#### Código Deontológico

Independentemente do quadro legal e regulamentar aplicável às sociedades comerciais em geral e às empresas de seguros e sociedades gestoras de Fundos de Pensões em particular, o Conselho de Administração aprovou um Código Deontológico que incorpora regras de funcionamento próprias e do comportamento individual de cada um dos Colaboradores e dos membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, no exercício das respetivas funções.

O Código Deontológico sistematiza os princípios e as regras a observar nas práticas da atividade seguradora e de gestão de Fundos de Pensões, nomeadamente no que respeita às matérias de conflito de interesses, sigilo e incompatibilidades.

#### Procedimentos Internos para Controlo dos Riscos da Atividade

O Conselho de Administração e a Comissão Executiva, no exercício das suas funções, são responsáveis pela definição do nível de risco a assumir, bem como pela sua gestão, sendo assessorados nessa função pelas unidades transversais que a nível do corporate governance contribuem para o processo de decisão empresarial.

# Órgãos sociais

## Mesa da Assembleia Geral

Vice-Presidente	Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral
Secretário	João José Carvalho Pereira

## Conselho de Administração

Presidente	Kurt André J De Schepper
Vice-Presidente	Maria da Conceição Mota Soares Oliveira Calle Lucas
Vogal	Barry Duncan Smith
Vogal	Stefan Georges Leon Braekeveldt
Vogal	Filip André Lodewijk Coremans
Vogal	Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho
Vogal	Jan Adriaan de Pooter
Vogal	Julian Robert Mark Harvey
Vogal	Eduardo Manuel Carmona e Silva Consiglieri Pedroso
Vogal	Manuel Frederico Lupi Belo

## Conselho Fiscal

Presidente	Virgílio Luís de Sousa Repolho
Vogal	José Rodrigues de Jesus
Vogal	Belmira Abreu Cabral

## ROC

Efetivo	KPMG & Associados (SROC)
	Representado por:
	Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida
Suplente	Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho

## Conselho de Auditoria

Presidente	Maria da Conceição Mota Soares Oliveira Calle Lucas
Vogal	Barry Duncan Smith
Vogal	Stefan Georges Leon Braekeveldt

# 4. Perspetivas para 2015

## Análise de mercado

Novo enquadramento financeiro (baixas taxas de juro e níveis baixos de inflação ou mesmo deflação) constitui o risco mais proeminente para o negócio vida.

O ambiente de baixas taxas de juro coloca pressão em grande medida sobre as seguradoras vida e fundos de pensões em garantir taxas garantidas e manter um perfil de sólida rentabilidade no longo prazo.

Por outro lado a recuperação expectável do mercado de crédito bancário pode influenciar positivamente a venda associada e a estabilização do enquadramento fiscal pode ter impactos positivos no mercado de seguros de vida.

As limitações na atribuição de reformas antecipadas e a nova formula de cálculo do fator de sustentabilidade, que reduzem as garantias de reforma à medida que a esperança média de vida aumenta, tem originado um crescente perceção pública para uma maior necessidade de poupança futura.

## Desafios para 2015:

- Consolidação na nossa liderança no Mercado segurador Português em vida e aposta em pequenos nichos de crescimento rentáveis.
- Adaptar o nosso mix de negócios (em capitalização e Unit-Linked) de forma a refletir as condições de mercado atuais e manter rentabilidade. Precisamos alterar o nosso *mix* mais para produtos com margens mais elevadas (por exemplo Unit-Linked abertos, seguros de capitalização sem taxa garantidas).
- Capturar o momento do Mercado no sentido de oferecer soluções de seguros de vida baseados em perfil de risco do Cliente (diferenciar a oferta financeira e em simultâneo melhorar a margem financeira).
- Incrementar as interações com Clientes através da promoção de soluções de poupança com entregas regulares.

# 5. Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido referente a todas as sociedades que integram as contas consolidadas da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., apurado no exercício de 2014, foi de 61.489.121,42 euros (sessenta e um milhões quatrocentos e oitenta e nove mil cento e vinte e um euros e quarenta e dois cêntimos).

Os resultados atribuíveis à Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. são de 337.370.174,94 euros (trezentos e trinta e sete milhões trezentos e setenta mil cento e setenta e quatro euros e noventa e quatro cêntimos).

Em reunião do Conselho de Administração de 3/12/2014, foi deliberada a distribuição aos acionistas da importância de 167.000.000,00 euros (cento sessenta e sete milhões de euros), por adiantamento sobre lucros do exercício.

Assim, do montante disponível de 170.370.174,94 euros (cento e setenta milhões trezentos e setenta mil cento e setenta e quatro euros e noventa e quatro cêntimos), considerando o que consta do relatório do Conselho de Administração e nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação:

16.868.508,75 euros (dezasseis milhões oitocentos e sessenta e oito mil quinhentos e oito euros e setenta e cinco cêntimos), para reserva legal;

60.000.000,00 euros (sessenta milhões de euros), para dividendos a distribuir;

93.501.666,19 euros (noventa e três milhões quinhentos e um mil e seiscentos e sessenta e seis euros e dezanove cêntimos), para resultados transitados.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2015

**O Conselho de Administração**

# Publicações Obrigatórias

## Percentagem de Participação Social

Ageas Insurance International, N.V. - 51%

BCP Investment B.V. - 49%

# Posição acionista e obrigacionista dos membros dos Órgãos Sociais

Accionistas / Obrigacionistas	Título	Nº. de títulos à data de		Transacções em 2014			Preço Unitário Euros
		31/12/2014	31/12/2013	Aquisições	Alienações	Data	
Maria da Conceição Mota Soares Oliveira Callé Lucas	Ações BCP	275.002	100.001	175.001		18/jul/14	0,0610
Manuel Frederico Lupi Belo	BCP Direitos Res Pref				100.000	14/jul/14	0,0610
	Ações BCP	903.109	424.767	568.342	-	18/jul/14	0,0650
					50.000	24/out/14	0,0923
					50.000	24/out/14	0,0922
					100.000	24/out/14	0,0914240
					100.000	24/out/14	0,0914
					100.000	24/out/14	0,0913
					100.000	24/out/14	0,0909010
					100.000	24/out/14	0,0907
					100.000	24/out/14	0,0903
					100.000	24/out/14	0,0940
					10.000	24/out/14	0,0925
					90.000	24/out/14	0,0927
					90.000	24/out/14	0,0928
				200.000		27/out/14	0,0974
				200.000		27/out/14	0,0970
				100.000		27/out/14	0,0940
				100.000		27/out/14	0,0960
				100.000		27/out/14	0,0927
				100.000		27/out/14	0,0950
				100.000		27/out/14	0,0951650
Luis Maria França de Castro Pereira Coutinho	Ações BCP	2.260.838	822.123	1.438.715		18/jul/14	0,0650
Virgílio Luis Sousa Repolho (a)	Ações BCP	305.899	111.236	193.382		18/jul/14	0,0650
				1.281		18/jul/14	0,0650
Belmira Abreu Amaral	Ações BCP	90.458	32.894	57.564		18/jul/14	0,0650
Carlos Alberto Correia Diogo (b)	Ações BCP	494.760	175.736	307.538		18/jul/14	0,0650
				11.486		23/jul/14	0,0650
José Mário Fernandes Ventura	Ações BCP	3.335	1.213	2.122		18/jul/14	0,0650
José Ricardo Gonçalves Monteiro	Ações BCP	3.254	1.206	1.975		18/jul/14	0,0650
				73		23/jul/14	0,0650
Cônjuge / Filhos Menores							
Maria Antónia Sousa Ubaldo Repolho (a)	Ações BCP	231	84	147		18/jul/14	0,0650
Ester Antunes Lopes (b)	Ações BCP	6.795	2.471	4.324		18/jul/14	0,0650
	BCP Mill Rend Ext Abr 12/15	7	7				1000
	Mill BCP Subord 10/20	7	7				903,8





# RELATÓRIO DE GESTÃO

## 31 dezembro 2014

**Millenniumbcp Ageas**  
GRUPO SEGUADOR

**Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.**  
Sede: Av. Dr. Mário Soares (Tagus Park), Edifício 10, piso 1, 2744-002 Porto – Salvo  
Pessoa coletiva nº 507 112 741, matriculada sob esse número na Conservatória de  
Registo Comercial de Lisboa, com o Capital Social de 775.002.375 Euros

Fevereiro 2015